

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No passado mês de Outubro, na audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, tive oportunidade de questionar os responsáveis pela nossa política externa sobre a situação do Escritório consular de Ajaccio na Córsega.

Com efeito, o funcionamento desta estrutura foi suspenso devido à passagem à reforma da funcionária que ali exercia funções. Desde essa altura, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas tem garantido, através de permanências consulares regulares, o atendimento aos portugueses que residem na ilha.

No último recenseamento de população realizado em França em 2009 foram contabilizados 6.227 portugueses mononacionais a residir na Córsega. Se fizermos uma extrapolação das tendências demográficas nacionais em relação à nossa comunidade, poderemos pensar que naquela ilha vivam entre 10 a 13 mil cidadãos portugueses ou de origem portuguesa num total de 300 000 habitantes.

Assim, considerando a importância da nossa comunidade ali residente e as contingências da insularidade que limitam, claramente, as acessibilidades é fundamental a existência, tal como sempre defendi, de uma estrutura consular permanente.

Convém recordar, até para avivar a memória selectiva de alguns, que a abertura de um escritório consular em Ajaccio foi inicialmente uma ideia do Secretário de Estado José Cesário aquando da sua passagem pelo XV Governo Constitucional. O Despacho de criação dessa estrutura foi assinado em 11 de Novembro de 2004 (Despacho 25080/2004) pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, António Monteiro, que tinha sido Embaixador de Portugal em Paris e conhecia muito bem a realidade da comunidade portuguesa residente em França. Nessa altura era eu o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Devido à realização de eleições antecipadas em Fevereiro de 2005 o Escritório Consular já foi inaugurado durante a vigência do Governo seguinte.

Portugal foi o primeiro país a ter uma representação diplomática na ilha, o que mereceu os elogios das autoridades locais, e apesar do escritório consular estar na jurisdição do Consulado de Marselhapoderia realizar todo o tipo de actos de registo civil, notariado e receber pedidos de documentações de identificação, sendo que na abertura ficou previsto que, no futuro, poderia vir a emitir passaportes.

Infelizmente, decorridos que foram vários meses desde a suspensão do funcionamento desta estrutura a situação de encerramento mantém-se. Aparentemente apenas devido a um impedimento administrativo que não permitiu ainda a substituição da funcionária aposentada. Como tal, e perante a especificidade deste território parece-me que é do interesse de todos resolver o mais rapidamente possível esta situação e reabrir a estrutura Consular em Ajaccio.

São conhecidas as dificuldades de pessoal na área dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros resultado de muitos anos de ausência de uma política de recursos humanos várias vezes por mim denunciada. No entanto, estamos a falar de um único funcionário o que me parece favorecer e facilitar o encontrar de soluções.

Assim, e de acordo com as normas regimentais venho através da Sra. Presidente da Assembleia da República pedir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros as seguintes informações:

- Está o Governo a preparar a resolução desta questão, providenciando no sentido da substituição da funcionária aposentada?
- Tem o Governo alguma previsão de quando poderá ser reaberta esta estrutura em Ajaccio?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 16 de Janeiro de 2014

Deputado(a)s

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)